



# Câmara Municipal de Amaraji - 2018

RUA ROCHA PONTUAL, 60 - CENTRO  
Amaraji/PE - CEP:  
CNPJ Nº: 11.507.043/0001-84 Telefone:

## Balço Financeiro

Anexo 13, Lei nº 4.320/64  
2018

Ingressos	Exercício Atual	Exercício Anterior	Dispêndios	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	410,35	1.911,81	Despesa Orçamentária	1.667.035,45	1.638.630,59
Ordinária	410,35	1.911,81	Ordinária	1.667.035,45	1.638.630,59
Transferências Financeiras Recebidas	1.624.893,45	1.638.147,80	Transferências Financeiras Concedidas	0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários	452.403,84	412.977,05	Pagamentos Extraorçamentários	415.958,33	405.981,98
Inscrito de Restos a Pagar Processados	16.253,15	0,00	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	0,00	0,00
Inscrito de Restos a Pagar Não-Processados	11.550,00	7.200,00	Pagamentos de Restos a Pagar Não-Processados	7.200,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	424.600,69	405.777,05	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	408.758,33	405.981,98
Outros Recebimentos Extra-Orçamentários	0,00	0,00	Outros Pagamentos Extra-Orçamentários	0,00	0,00
Saldo do Exercício Anterior	8.592,30	168,21	Saldo para o Exercício Seguinte	3.306,16	8.592,30
<b>TOTAL GERAL:</b>	<b>2.086.299,94</b>	<b>2.053.204,87</b>	<b>TOTAL GERAL:</b>	<b>2.086.299,94</b>	<b>2.053.204,87</b>





NOTAS EXPLICATIVAS  
BALANÇO FINANCEIRO

INFORMAÇÕES GERAIS:

<b>Nome da Entidade:</b> Câmara Municipal de Amaraji
<b>CNPJ:</b> 11.507.043/0001-84
<b>Natureza Jurídica da Entidade:</b> 106-6 Órgão Público do Poder Legislativo Municipal
<b>Principais Atividades da Entidade:</b> 84.11-6-00 Administração Pública em Geral
<b>Domicílio da Entidade:</b> Rua Rocha Pontual, 60, Centro, Amaraji-PE
<b>Natureza das Operações e Principais Atividades da Entidade:</b> A Câmara Municipal de Amaraji possui natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil com o código 106-6 “Órgão Público do Poder Legislativo”, sendo sua atividade classificada como: “Administração Pública em Geral”. Sua fonte financeira deriva dos repasses definidos Art. 29-A da Constituição Federal 1988. O texto ao artigo em questão trata dos percentuais legais a serem repassados e outras informações: Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com Inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no §5º do Art. 153 e nos Arts. 158 e 159, efetivamente realizados no exercício anterior: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000). I-7%(sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 58 de 2009) (Produção de Efeito).
<b>Dados do Gestor:</b> Nome: Cláudio Roberto Azevedo da Silva. Período de Gestão: 01/01/2017 a 31/12/2018.
<b>Dados do Contador:</b> Nome: Livia Freitas da Silveira Andrade. CRC- 24.418/O. E-mail: <a href="mailto:lih_silveira@yahoo.com.br">lih_silveira@yahoo.com.br</a>
<b>Declaração de Conformidade com a Legislação e com as normas de Contabilidade Aplicáveis:</b> A entidade pública do Poder Legislativo Municipal declara que as Demonstrações Contábeis da Câmara Municipal de Amaraji compreendendo o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2018, apresentam adequadamente a posição: patrimonial e financeira e estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro dos padrões estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, sendo observadas as limitações decorrentes do processo de adesão as NBCASP e as circunstâncias narradas nas notas explicativas.

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

<b>Atendimento a Legislação e as Normas de Contabilidade Aplicáveis:</b> Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SOF nº 02, de 22 de dezembro de 2016 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016, que estabelece o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 7ª edição, que regulamenta a contabilidade pública brasileira. Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBCT SP 16.6, que trata das demonstrações contábeis das entidades. Em casos específicos foram tomadas por base os normativos internacionais publicados pelo International Federation of Accountants - IFAC através das Internancional Public Sector Accounting Standards – IPSAS, que visam promover a convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.
<b>Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao setor Público (Parte V do MCASP 7ª Edição e NBCT 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE:</b> Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco - TCE-PE, apresentando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recursos discriminando as ordinárias e as vinculadas, os recebimentos e pagamentos extra orçamentários, as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte (caixa e equivalente de caixa/depósitos restituíveis e valores vinculados). O demonstrativo também evidencia em coluna específica os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores e a análise vertical ou horizontal. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.



<b>Bases de Mensurações Utilizadas:</b> A elaboração do balanço financeiro por se tratar de um fluxo de natureza financeira adota o regime de caixa definido no art. 35 da Lei nº 4.320/64, tanto para as receitas como para as despesas.
<b>Novas normas e políticas contábeis Alteradas:</b> Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alterações significativas no Balanço Financeiro. Este demonstrativo está de acordo com as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBC T SP 16.6.
<b>Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:</b> Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Financeiro.

## INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

<b>Ingressos Orçamentários:</b> Os valores dos ingressos orçamentários do exercício de 2018 decorrentes das receitas orçamentárias totalizaram R\$ 410,35, sendo provenientes dos rendimentos de aplicações financeiras.
<b>Transferências Financeiras Recebidas:</b> Os valores das transferências financeiras recebidas no exercício de 2018 totalizaram R\$ 1.624.893,45, sendo estas derivadas dos repasses recebidos do Poder Executivo, conforme definido na legislação.
<b>Ingressos Extra Orçamentários:</b> Os ingressos extra orçamentários totalizam R\$ 452.403,84, sendo compostos por as contas: Restos a Pagar Processados (inscrição), Restos a Pagar Não Processados (inscrição), depósitos restituíveis e valores vinculados e outros recebimentos extra-orçamentários, apresentando respectivamente os seguintes valores: R\$ 16.253,15, R\$ 11.550,00, R\$ 424.600,89 e R\$ 0,00.
<b>Saldo Bancário Anterior:</b> O saldo disponível em 31/12/2017 foi de R\$ 8.592,30.
<b>Despesa Orçamentária:</b> A despesa orçamentária no exercício foi de R\$ 1.667.035,45.
<b>Transferências Financeiras Concedidas:</b> Não houve transferência concedida no exercício de 2018.
<b>Desembolsos Extra Orçamentários:</b> Os desembolsos extra orçamentários totalizaram R\$ 415.958,33, correspondente a pagamento de Restos a Pagar não Processados no valor de R\$ 7.200,00 e consignações (IRRF, INSS, RPPS, ISS, pensão alimentícia, salário família e empréstimos consignados) no valor de R\$408.758,33.
<b>Saldo Bancário para o Exercício Seguinte:</b> O saldo disponível em 31/12/2018 foi de R\$ 3.306,16 (três mil, trezentos e seis reais e dezesseis centavos).
<b>Receitas Orçamentárias Líquidas de Deduções por Fonte de Recursos:</b> Não se aplica a entidade em questão.

## OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

<b>Passivos Contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:</b> Não se aplica a este demonstrativo.
<b>Divulgações não Financeiras:</b> Não se aplica a este demonstrativo.
<b>Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:</b> Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.
<b>Ajustes decorrentes da omissão e erros de registro:</b> Não foram feitos ajustes decorrentes da omissão e erros de registro para este demonstrativo.
<b>Reconhecimento das Retenções:</b> O ente considera a retenção como paga apenas na baixa da obrigação, nenhum ajuste será promovido.